

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.786 - SP (2018/0267399-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
REQUERENTE : ESPORTE CLUBE BAHIA
ADVOGADO : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -
PE016983
REQUERENTE : ESPORTE CLUBE BAHIA S/A
ADVOGADOS : CLÓVIS CAVALCANTI ALBUQUERQUE RAMOS NETO E
OUTRO(S) - PE028219
ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -
PE016983
REQUERIDO : INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LTDA
ADVOGADOS : FABIO ZINGER GONZALEZ - SP077851
MARCELO CERTAIN TOLEDO E OUTRO(S) - SP158313
AMILCAR LUIZ TOBIAS RIBEIRO - SP248421
PEDRO TRUFFI DE OLIVEIRA COSTA - SP375526

DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência formulado por "ESPORTE CLUBE BAHIA" – entidade associativa com personalidade jurídica diversa da recorrente, embora homônima – por meio do qual pretende a extensão dos efeitos da medida acautelatória deferida às fls. 598/601 (e-STJ), de modo que também seja determinada a suspensão de outra execução promovida pela aqui recorrida – INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LTDA. –, autuada sob o n. 1107525-25.2017.8. 26.0100, na qual foram bloqueados valores depositados em conta bancária de sua titularidade.

Argumenta que a execução promovida contra si tem por objeto a satisfação de crédito representado pelo mesmo título executivo extrajudicial e, alegando que o provimento do recurso da aqui recorrente implicará a extinção de ambas as execuções, requer "*a imediata liberação da quantia bloqueada e a ordem de suspensão de qualquer outra medida constritiva naqueles autos*" (e-STJ, fl. 689).

Manifestou-se a requerida, espontaneamente, às fls. 722/728 (e-STJ).

É o breve relatório.

Decido.

O requerimento extrapola os limites da controvérsia deste recurso excepcional, não se fazendo possível o deferimento *per saltum* de pedido relacionado a outro feito judicial e sob argumentos que nem sequer foram examinados nas instâncias precedentes.

Ressalto que a tutela provisória concedida à aqui recorrente não examinou a higidez do título judicial, limitando-se a reconhecer, em exame superficial, possível cerceamento de defesa no julgamento antecipado dos embargos à execução. Logo, não se faz possível concluir que o eventual provimento deste recurso especial implicará a necessária extinção de ambas as execuções.

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, o exame das alegações deduzidas pela aqui requerente imprescinde de incursão sobre elementos fático-probatórios dos autos, em especial o título executivo que embasa a execução, providência vedada na instância excepcional a teor do que orienta a nota n. 7 da Súmula do STJ.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator